



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Jensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 101.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1993
(SEGUNDA-FEIRA)

Mensagem:
MENSAGEM Nº 070/93
Curitiba, 14 de outubro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com construção, ampliação, melhorias, reparos e adaptações de prédios escolares, aquisição de equipamentos e manutenção da referida entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do excesso de arrecadação do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevi- san, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plau- to Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achan- do-se ausentes os seguintes Senhores Depu- tados: Geraldo Cartário, Doutor Rosinha, Élio Rusch e Ernani Pudell (04).

Verificada a existência de número le- gal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nos- sos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

ACRESCIMO		ANEXO II		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	IDEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				
	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL				
	DO PARANA - FUNDEPAR				
1321.00.00	Juros de Titulos de Renda	50	1.000.000.000		
À Diretoria Legislativa. ANEXO I - (encontra-se na pág. seguinte).					

SUPLEMENTACAO		ANEXO I			FL. 01	
ANEXO					CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	LI FTI DI RI	VALOR	N.DO PROC COP	
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
	ENTIDADES VINCULADAS					
3470	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR					
2768	ADMINISTRACAO DA FUNDEPAR	3120.00	50IL	5.000.000	4974	
		3132.08	50IL	10.000.000	4974	
		3261.00	50IL	5.000.000	4974	
		3280.00	50IL	20.000.000	4974	
		4351.00	50IL	15.000.000	4974	
2632	EXPANSAO, MELHORIA E MANUTENCAO DA REDE FISICA ESCOLAR	3132.05	50IL	80.000.000	4974	
		4130.00	50IL	860.000.000	4974	
2770	ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS	3132.08	50IL	5.000.000	4974	
		TOTAL			1.000.000.000	

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n.ºs. DTL/SAT/293, 294, 303, 304, 306 a 321/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

582/93: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.465. Anote-se. Arquite-se.

524/93: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que reajusta, conforme especifica, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.466. Anote-se. Arquite-se.

403/93: De autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Serafim Meneghel, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.467. Anote-se. Arquite-se.

532/93: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Carlota Rensi Meneghel, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.468. Anote-se. Arquite-se.

455/93: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$

60.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.469. Anote-se. Arquite-se.

470/93: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar à União, as áreas de terras que especifica, pertencentes ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, situadas no município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.470. Anote-se. Arquite-se.

342/93: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina "Prefeito Doutor Eurico Batista Rosas", o trevo do Posto Presidente, interseção das Rodovias BR-376 e PR-151, na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.471. Anote-se. Arquite-se.

334/93: De autoria do Deputado NELSON JUSTUS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná "post-mortem" ao Senhor Chaim Leib Boiko, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.472. Anote-se. Arquite-se.

369/93: De autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que concede o Título de Cidadania Benemérita do Estado do Paraná, "post-mortem", ao advogado e ex-Prefeito de Campo Mourão, Sr. Horácio Amaral, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.473. Anote-se. Arquite-se.

276/93: De autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que dispõe que o Poder Executivo deverá sinalizar com placas indica-

tivas ao longo das rodovias estaduais, os conjuntos urbanos, edificações e sítios de valor histórico, arqueológico, paisagístico, ecológico e turístico, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.474. **Anote-se. Arquivo-se.**

363/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores da Fundação Social do Paraná - ATFASP, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.476. **Anote-se. Arquivo-se.**

236/93: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Cultural e Beneficente Martinho Lutero, no Município de Cêu Azul, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.477. **Anote-se. Arquivo-se.**

360/93: De autoria do Deputado ÉLIO RUSCH, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do distrito de Santa Rita D'Oeste, com foro na Comarca de Terra Roxa, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.478. **Anote-se. Arquivo-se.**

328/93: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Ubiratã - ADEFIU, com sede e foro no Município de Ubiratã - Pr., o qual convertido em Lei tomou o nº 10.479. **Anote-se. Arquivo-se.**

343/93: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a União Imbituvense do Bem-Estar do Menor, com sede e foro no Município de Imbituva - Pr., o qual convertido em lei tomou o nº 10.480. **Anote-se. Arquivo-se.**

330/93: De autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Roxa, com sede no Município de Terra Roxa, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.481. **Anote-se. Arquivo-se.**

345/93: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Rebouças - Pr., o qual convertido em Lei tomou o número 10.482. **Anote-se. Arquivo-se.**

366/93: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o Instituto ECOPLAN, com sede no Município de General Carneiro e foro no Município de União da Vitória, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.483. **Anote-se. Arquivo-se.**

Lei Complementar nº 380/93: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao inciso III, do Art. 10, da Lei Complementar nº 14, de 16.05.82, com as alterações dadas pelas Leis Complementares

nºs. 19, de 29.12.83 e 69, de 14.07.93, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 71. **Anote-se. Arquivo-se.**

379/93: De autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Ampére, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.475. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o nº DTL/SAT/295/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 046/93, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o DTL/SAT/296/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 356/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o DTL/SAT/297/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 357/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/298/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 124/92, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/299/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 244/93, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, por julgá-lo contrário aos superiores interesses públicos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/300/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 166/93, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/301/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 355/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/305/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 312/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, por julgá-lo contrário ao interesse público pelo simples fato de que, para as finalidades pretendidas (construção de moradias populares), é da maior conveniência que os referidos terrenos permaneçam na atual situação dominial, eis que o Estado, através de seu órgão competente, poderá melhor cumprir aquelas almejadas finalidades. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº 132/93-P/MC, do Senhor Ministro OCTAVIO GALLOTTI, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que em Sessão Plenária do dia 06 do corrente mês, julgando o processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 632-1/600, sendo Requerente a Confederação Nacional das Profissões Liberais e Requeridos o Governador do Estado do Paraná e Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi proferida a seguinte decisão:

"Por votação unânime, o Tribunal julgou procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 8928, de 28.12.88, do Estado do Paraná. Votou o Presidente". Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 181/93-P/MC, do Ministro OCTAVIO GALLOTTI, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que o Supremo em Sessão Plenária realizada no dia 08 do corrente mês julgando o processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 901-0/600, sendo Requerente o Procurador-Geral da República e Requeridos o Governador do Estado do Paraná e Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi proferida a seguinte decisão:

"Por votação unânime, o Tribunal referendou o despacho do Presidente, Ministro Octávio Gallotti, que deferira, em parte, a medida liminar, para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia da expressão "do Ministério Público e do Tribunal de Contas", contida no art. 2º da Lei nº 10.331, de 09.06.93, do Estado do Paraná; todo o "caput" do art. 3º, bem como a aplicação do § 3º do art. 4º aos membros do Ministério Público do Estado do Paraná. Votou o Presidente". Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/SAT/302/93, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 295/93. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 425/SAG-MIR, do Senhor MÁRCIO REINALDO DIAS MOREIRA, Secretário de Administração Geral do Ministério da Integração Regional, encaminhando convênio,

firmado entre o Ministério da Integração Regional e o Estado do Paraná, o qual reporta-se à Lei nº 8.666, de 21.06.93, que determina em seu artigo 116, § 2º:

"§ 2º - assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo a Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva".

Em cumprimento ao § 2º, o Extrato de Termo Aditivo, nos seguintes teores: "Espécie: 4º Termo Aditivo ao Convênio nº 200/89 - Nome dos Participantes: Ministério da Integração Regional por meio da Secretaria de Irrigação e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, com a intervenção do Estado do Paraná por meio de sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Resumo do Objeto: Alterar o disposto nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do Convênio, entre os mesmos partícipes celebrado para fins de suplementação de recursos. Crédito Pelo Qual Concorrerá a Despesa: Programa de Trabalho - 04.054.0077.1234.0001 - Elemento de Despesa 45.60.42 - Número, Data e Valor da Nota de Empenho: 93NE00266, de 16.07.93 - Cr\$ 26.040.000.000,00 (vinte e seis bilhões e quarenta milhões de cruzeiros). Data da Assinatura: 26.07.93 - Assinaram: pelo Ministério da Integração Regional, Alexandre Alves Costa, Ministro de Estado; pela Secretaria de Irrigação, Carlos Wilson, Secretário de Irrigação; pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/PR, Osmar Fernandes Dias, Secretário; pela COPEL, Francisco Luiz Sibut Gomide, Presidente e Luiz Fernando Ciscato, Diretor de Distribuição." Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 285/93-COP, do Senhor CARLOS ARTHUR KRÜGER PASSOS, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando os Quadros de Detalhamento de Despesas - QDD, relativos ao exercício de 1993, atualizados pelos Decretos nº 2.235, de 1º de abril de 1993, nº 2.432, de 05 de julho de 1993 e nº 2.620, de 07 de outubro de 1993. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1155/93/GS, do Senhor NIZAN PEREIRA, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Empréstimos do Fas Junto a Caixa Econômica Federal Para a Construção ou Reforma do Hospital Geral do Portão." Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Do Sr. AGUIMAR ARANTES, Diretor do C.R.E. da Secretaria de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que pede esclarecimentos sobre

"Ações Judiciais e Outros Procedimentos da Autoridade Fazendária do Estado". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 599/93, 069/93, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao Art. 4° da Lei 10.223 de 28.12.92.

Sala das Sessões, em 25.10.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 613/93, Mens. 072/93, de autoria do Poder Executivo, que reajusta em 30% os salários dos funcionários civis e militares.

Sala das Sessões, em 25.10.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar, pelo falecimento do Senhor Humbelino Machado ocorrido no último dia 20 de outubro do corrente ano, na cidade de Paranavaí-Pr.

Sala das Sessões, em 25.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A vida de várias gerações que habitam as mais heterogêneas regiões do Paraná, fazem em cada cidade, um ambiente diferente na convivência coletiva, onde as famílias, com o passar dos anos, criam raízes profundas de amizades, graças aos trabalhos que desenvolvem nas diferentes atividades.

Em cada município os fatos geram sempre os mais profundos comentários de cada um dos acontecimentos, e com isso, no transcorrer dos anos alguns nomes tornam-se mais populares que outros, servindo em cada ação, como exemplo.

Paranavaí também é assim, também procede com dedicação e carinho, para com aqueles que colaboram com o seu crescimento e conseqüente progresso.

No último dia 20, aquela cidade ficou

triste e lamentou com muitas saudades o falecimento do Senhor Humbelino Machado, que, com seus 61 anos de vida, deixou amigos, pessoas com quem conviveu durante muitos e muitos anos, e onde sempre mereceu o respeito e admiração de todos, e onde educou seus filhos Maurício, Murilo e João Cleve Machado, sendo que alguns deles desfrutamos de suas amizades, a exemplo do Doutor Murilo Cleve Machado, Advogado militante em nosso Estado junto a Sindicatos, Federações, e ainda funcionário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Doutor João Luiz Cleve Machado, que exerce as funções de Juiz de Direito da Comarca de Nova Esperança e o Doutor Maurício, Advogado atuante junto com seu pai, que por sinal era um excelente profissional na área de Direito.

Nesse sentido, solicitamos um voto de pesar, pelo falecimento de Humbelino Machado, ocorrido no último dia 20, na cidade de Paranavaí, e pedimos que seja comunicada sua família, através dos seguintes endereços, esposa Maria Luiza Cleve Machado, Dr. João Luiz C. Machado, e Dr. Maurício José Machado, Rua Odinot Machado, 1665 - Bairro Ouro Branco - CEP: 87704-180, Paranavaí-Pr., e ao Doutor Murilo Cleve Machado, Rua Senador Xavier da Silva, 186 - São Francisco - CEP: 80530-060 - Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 4126

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se registre em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Miltes Vilatori, ocorrido nesta Capital. Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 25.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4125

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Anair Anahayr, aos 70 anos de vida, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, e deixou muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos que a

conheciam!

Sala das Sessões, em 25.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4127

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Cruz Farias, ocorrido nesta Capital. Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos, deixando muitas saudades!

Sala das Sessões, em 25.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, externando votos de congratulações pela passagem, no próximo dia 1° de novembro do corrente, do 32° aniversário de emancipação política do Município de Piên.

Da decisão desta Casa, solicitamos seja dada ciência aos senhores Ney José Ciupka, Prefeito Municipal, José Eduardo de Assis, Presidente da Câmara e demais vereadores com assento naquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Município de Piên, situado na região Sudeste do Estado emancipado em 1° de novembro de 1961, é um dos maiores produtores de fumo da região sudeste, contribuindo decisivamente na arrecadação de imposto para os cofres públicos, busca através do trabalho de sua laboriosa gente, galgar seu merecido lugar de destaque dentro do Estado. Fatores que fazem com que o município mereça, neste dia, o nosso reconhecimento e o desta Casa com a aprovação deste expediente.

REQUERIMENTO N° 4119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente externando votos de congratulações, ao Município de Campo do Tenente, pelas comemorações, no próximo dia 29 de outubro, do seu 32° aniversário de emancipação política.

Da decisão desta Casa, solicitamos seja dada ciência aos Senhores Celso Wenski,

Prefeito Municipal e Rosel da Silva, Presidente da Câmara e aos demais Vereadores com assento naquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Operosa comunidade, da região Sudeste, e em franco desenvolvimento, comemora, no próximo dia 29 de outubro do corrente, a passagem de mais um aniversário de emancipação política, tendo sua economia calcada na produção agrícola e pecuária.

Em muito contribui para o desenvolvimento da nossa região.

Daí, a justiça do apelo a esta Casa de Leis, para a aprovação deste expediente.

REQUERIMENTO N° 4120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente externando votos de congratulações pela passagem, em data de 24 do corrente próximo passado, do 32° aniversário de emancipação política do Município de Antonio Olinto.

Da decisão desta Casa, solicitamos seja dada ciência aos Senhores José Machiavelli, Prefeito Municipal e Lauro Ferreira da Silva, Presidente da Câmara e aos demais Vereadores com assento naquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Progressista município da nossa região Sul, comemorou no último dia 24 do corrente, 32 anos de emancipação política, alicerçado no laborioso trabalho de sua gente em benefício de seu desenvolvimento.

Merece pois, o Município de Antônio Olinto as congratulações desta Casa, pelo exemplo dado ao Paraná, que pela sua capacidade de trabalho e de maneira pujante contribui para o fortalecimento do Estado.

REQUERIMENTO N° 4122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Presidente da FUNDEPAR, solicitando construção de salas de aula, na Escola Estadual do Guaraguaçu, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O núcleo habitacional da localidade de Guaraguaçu, no Município de Paranaguá, tem tido um acréscimo nesses últimos anos, em função da ampliação do serviço de artesa-

nato, e ainda do processo de ampliação agrícola.

Novas crianças em idade escolar surgiram, totalidade dos moradores são de baixa renda.

Com isso, fica difícil se utilizarem do transporte coletivo para enviarem seus filhos a escolas mais distantes. No local, funciona há muitos anos, a Escola Estadual que com a paciência, talento e muita abnegação da Direção e Professores funciona - não como determinam as leis educacionais vigentes - mas com o sacrifício diário dos professores, pela falta constante de uma atenção dos setores competentes.

Com relação ao número de alunos, a questão foi levantada pelo Vereador Waldir Giglio, da Câmara Municipal de Paranaguá, que, ouvindo periodicamente os moradores do Guaraguaçu, sentiu nos mesmos a preocupação com relação ao ano letivo de 1994, onde faltará espaço para os alunos aprenderem.

Diante da situação futura, evitando-se assim que, crianças fiquem sem estudar, solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Presidente da FUNDEPAR, à Rua dos Funcionários, nesta Capital, solicitando a Construção de Salas e Aula na Escola Estadual do Guaraguaçu, no Município de Paranaguá, evitando-se que menores fiquem sem estudar no próximo ano letivo.

REQUERIMENTO N° 4123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esportes e Turismo, reiterando os pedidos feitos, para a construção de trapiches, na Ilha do Mel, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Não existem dúvidas que, toda a extensão da Ilha do Mel é um dos pólos turísticos do Estado do Paraná, talvez ainda inexplorado em toda a sua plenitude.

Habitualmente, existem embarcações realizando entre a Praia de Pontal do Sul e a Ilha do Mel, os transportes de passageiros, e a grande reclamação dos visitantes é com relação a falta de trapiches na Nova Brasília, e Ponta das Encantadas, na Ilha do Mel.

Não é necessário muitas explicações a respeito da necessidade desses benefícios de parte do Governo Estadual, pois a realidade demonstra os fatos.

Já solicitamos anteriormente esses be-

nefícios, cuja ação administrativa deve partir da Secretaria de Esportes e Turismo, e assim solicitamos seja remetido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Estado de Esportes e Turismo, reiterando o pedido de construção de trapiches em Nova Brasília e Ponta das Encantadas, na Ilha do Mel, Município de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 4128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando a destinação de duas viaturas policiais, devidamente equipadas, para o município de Jandaia do Sul.

A nossa reivindicação tem por objetivo a destinação de uma viatura policial para a Polícia Civil e a outra para a Polícia Militar de Jandaia do Sul, uma vez que estão deficientes de tais veículos.

Para que o trabalho de proteção e segurança da população seja realizado com maior eficiência, se torna indispensável a utilização de viaturas que estejam em perfeitas condições de tráfego.

As polícias Militar e Civil atendem além da sede do município, vários distritos e localidades, e é de vital importância o atendimento desta solicitação, para assegurar a ordem pública e garantir a tranquilidade daquela população.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria à população de Jandaia do Sul, esperamos dos nobres Pares desta Casa, a devida aprovação.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 4129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando a destinação de uma viatura policial, devidamente equipada, para o município de Marumbi.

A nossa reivindicação prende-se ao fato das péssimas condições de conservação e uso da viatura que dispõe o Município.

A Delegacia de Polícia, atende, além da sede, vários distritos e localidades, de modo que é indispensável a utilização de um veículo que esteja em perfeitas condições de tráfego, e para que o organismo realize seu trabalho com maior eficiência, assegurando a ordem pública e garantindo a

tranquilidade da população, é de vital importância o deferimento desta solicitação.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria à população daquele Município, esperamos dos nobres Pares desta Casa, a devida aprovação.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 4130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando a destinação de uma viatura policial, devidamente equipada, para o município de Kaloré.

A nossa reivindicação prende-se ao fato das péssimas condições de conservação e uso da viatura que dispõe o Município.

A Delegacia de Polícia, atende, além da sede, vários distritos e localidades, de modo que é indispensável a utilização de um veículo que esteja em perfeitas condições de tráfego, e para que o organismo realize seu trabalho com maior eficiência, assegurando a ordem pública e garantindo a tranquilidade da população, é de vital importância o deferimento desta solicitação.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria à população daquele Município, esperamos dos nobres Pares desta Casa, a devida aprovação.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 4131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando a destinação de uma viatura policial, devidamente equipada, para o município de Cambira.

A nossa reivindicação prende-se ao fato das péssimas condições de conservação e uso da viatura que dispõe o Município.

A Delegacia de Polícia, atende, além da sede, vários distritos e localidades, de modo que é indispensável a utilização de um veículo que esteja em perfeitas condições de tráfego, e para que o organismo realize seu trabalho com maior eficiência, assegurando a ordem pública e garantindo a tranquilidade da população, é de vital importância o deferimento desta solicitação.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria à população daquele Município, esperamos dos nobres Pares desta Ca-

sa, a devida aprovação.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 4132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando a destinação de uma viatura policial, devidamente equipada, para o município de Bom Sucesso.

A nossa reivindicação prende-se ao fato das péssimas condições de conservação e uso da viatura que dispõe o Município.

A Delegacia de Polícia, atende, além da sede, vários distritos e localidades, de modo que é indispensável a utilização de um veículo que esteja em perfeitas condições de tráfego, e para que o organismo realize seu trabalho com maior eficiência, assegurando a ordem pública e garantindo a tranquilidade da população, é de vital importância o deferimento desta solicitação.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria à população daquele Município, esperamos dos nobres Pares desta Casa, a devida aprovação.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 4133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando a destinação de uma viatura policial, devidamente equipada, para o município de Fênix.

A nossa reivindicação prende-se ao fato das péssimas condições de conservação e uso da viatura que dispõe o Município.

A Delegacia de Polícia, atende, além da sede, vários distritos e localidades, de modo que é indispensável a utilização de um veículo que esteja em perfeitas condições de tráfego, e para que o organismo realize seu trabalho com maior eficiência, assegurando a ordem pública e garantindo a tranquilidade da população, é de vital importância o deferimento desta solicitação.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria à população daquele Município, esperamos dos nobres Pares desta Casa, a devida aprovação.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 4134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando a destinação de uma viatura policial, devidamente equipada, para o município de Barbosa Ferraz.

A nossa reivindicação prende-se ao fato das péssimas condições de conservação e uso da viatura que dispõe o Município. A Delegacia de Polícia, atende, além da sede, vários distritos e localidades, de modo que é indispensável a utilização de um veículo que esteja em perfeitas condições de tráfego, e para que o organismo realize seu trabalho com maior eficiência, assegurando a ordem pública e garantindo a tranquilidade da população, é de vital importância o deferimento desta solicitação.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria à população daquele Município, esperamos dos nobres Pares desta Casa, a devida aprovação.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO Nº 4124

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo identificado, no uso de suas atribuições, e na forma regimental, REQUER à Presidência da Comissão Executiva desta Casa de Leis, que determine o envio de expediente ao Presidente da Câmara Federal, em Brasília, solicitando cópias de todas as emendas apresentadas pelos Deputados Federais do Paraná, ao Orçamento da União.

Este parlamentar assim se posiciona, devido a denúncias existentes de que Deputados paranaenses fizeram emendas beneficiando outros Estados da União, em detrimento dos reais interesses de seus eleitores e do Estado do Paraná, por onde se elegeram.

Nosso intuito não é outro senão averiguar a verdade dos fatos e isentar de culpa os Parlamentares paranaenses.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) NEIVO BERALDIN

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 626/93

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Guarda Mirim com sede e foro em Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Guarda Mirim de Santa Isabel do Ivaí, criada em 19 de novembro de 1985, é uma entidade sem fins lucrativos, baseando-se no trabalho e na honestidade, no respeito à pátria, à família e ao semelhante, ensinando estes princípios às crianças do sexo masculino.

São finalidades específicas da entidade colocar os meninos necessitados em serviços de aprendizagem profissional, em lugares apropriados, sem prejuízo dos estudos e da instrução, inclusive moral e cívica de cada um.

Visa também, dar-lhes, na medida possível assistência médica, hospitalar e dentária, como também incentivá-los para a prática de esportes ministrando-lhes a educação física.

Por estas e por várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobres valores sociais, nada mais justo do que seu reconhecimento como de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 627/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Nivaldo Passos Krüger.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Natural de Canoinhas, Santa Catarina, onde nasceu em 27 de Maio de 1929, Nivaldo Passos Krüger principiou seus estudos em União da Vitória e, em 1942, transferiu residência para Guarapuava, onde deu início a um intenso e produtivo trabalho, cujos frutos muito contribuíram para com o desenvolvimento e o progresso daquela comunidade.

Foi Fundador e Diretor do jornal "O Combate", Líder do PRP e, em 1959, foi eleito Vereador em Guarapuava. Uma das realizações que, sem dúvida, constitui-se num importante marco foi a instalação da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava, da qual foi Presidente.

Em 1963 Nivaldo Krüger foi eleito Prefeito de Guarapuava. Ele instalou o primeiro Serviço de Abastecimento de Água de Guarapuava - SAMAE, iniciou a construção de casas populares, implantou a empresa de urbanismo daquela cidade - CAEG e terminou a construção da Estação Rodoviária.

Em 1970 foi eleito Deputado Estadual. Foi também eleito Líder da Bancada na Assembleia Legislativa. E em 1973 foi reeleito Prefeito de Guarapuava.

Em 1979 foi eleito Deputado Federal e em 1980 eleito Presidente da Comissão da Agricultura e Política Rural da Câmara Federal. Foi reeleito para a mesma função em 1981.

Organizou e presidiu o 1º Simpósio Nacional da Agropecuária em Brasília em 1981 e nesse mesmo ano foi Relator do orçamento da União por delegação do PMDB e elaborou o primeiro Projeto de Lei de Regulamentação do Uso do Solo Rural.

Em 1982 foi reeleito Prefeito de Guarapuava, para o terceiro mandato. No período de 1989/90 foi Presidente da SANEPAR e no ano de 1992 foi eleito Secretário-Geral do Conselho da Associação Brasileira dos Municípios - ABM. Foi também Presidente do Diretório Regional do PMDB, na gestão 1991/92. Reeleito para o mesmo cargo para 1993/94.

É importante também citar que além de toda esta imensa atividade, Nivaldo Krüger foi fundador da Associação dos Municípios do Paraná, da qual foi por duas vezes presidente, nas gestões de 1967 e 1983. Foi representante dos Municípios Brasileiros no Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano com poder de voto junto ao Ministério de Desenvolvimento Urbano. É Cidadão Benemérito do Municipalismo Brasileiro, título outorgado pela Associação dos Municípios do Paraná. Foi eleito membro do Diretório Nacional do PMDB, em 1993.

Vamos portanto, ser plenamente justa e merecida a concessão do presente título ao ilustre Senhor Nivaldo Krüger, cuja vida política tem sido marcada por uma intensa e brilhante atuação, com relevantes contribuições prestadas a diversos setores.

PROJETO DE LEI N° 628/93
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Querência do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Entidade criada em 17 de maio de 1957, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Querência do Norte, tem por finalidade dar amparo à criança carente de recursos, também amparo às mães gestantes e orientação social e econômica do Lar.

É uma sociedade de caráter educacional, filantrópica e sem fim lucrativos. Suas atividades são todas dirigidas à proteção e assistência à Infância em geral, velando pela saúde, bem-estar e pelas necessidades da criança.

Para o cumprimento eficiente destes objetivos, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância colabora com os Poderes Públicos no sentido de promover eficiente proteção e assistência à Maternidade e à Infância.

É pois um organismo importante para a coletividade, por isso pedimos o apoio dos nobres pares da Casa, no sentido de aprovar a medida proposta.

PROJETO DE LEI N° 629/93
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido a obrigatoriedade da realização, do Curso de Noções Básicas de Puericultura, nos Hospitais do Estado do Paraná.

Art. 2º - O referido curso será ministrado, durante a estadia da gestante na rede hospitalar do Paraná, durante (01) uma hora diária.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) HEINZ HERWIG

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, Hermas Brandão, Rossoni, Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Devido à falta de instrução, higiene e credence, muitas crianças morrem ou adoecem gravemente no seu primeiro ano de vida, outras ainda por falta de alimentação adequada levam seqüelas pelo resto da vida. Percebe-se primeiro suas dificuldades nas escolas e mais tarde no baixo rendimento ou produtividade no trabalho provocando até sérios desajustes sociais.

Considerando:

a) Que mães de baixa renda e pouca instrução saem do hospital com um recém-nascido, sem nenhum conhecimento de higiene, amamentação e importância da vacinação nos primeiros anos.

b) Que esta instrução não onerará aos hospitais, pois é ministrada por apenas uma enfermeira do Corpo Hospitalar em apenas uma hora diária durante a estadia da mãe no hospital.

c) Que em hospitais onde são ou foram ministradas tais aulas de Puericultura pode-se observar estatisticamente a redução dos seguintes itens:

- Desnutrição: 90%

- Diarréia :80%
- Infecções de pele - dermatites - assaduras: 95%
- Doenças transmissíveis: praticamente 100%

Pelo exposto acima justifica-se a obrigatoriedade dos hospitais ministrarem, antes da alta das mães, noções básicas de amamentação e higiene, bem como orientar as mães para a revisão de parto após 40 (quarenta) dias pelo obstetra assim como a importância das vacinas com a entrega de caderneta de vacinação.

PROJETO DE LEI Nº 630/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar Conselho Escolar, nos termos desta lei.

DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 2º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, com o objetivo de estabelecer, para o âmbito da escola, critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - O Conselho Escolar terá por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores da Escola, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento.

SEÇÃO I - DA CONSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Art. 4º - O Conselho Escolar será constituído pelas seguintes categorias:

- a) Diretor
- b) Um representante da Supervisão de Ensino ou da Orientação Educacional.
- c) Um representante da Equipe Administrativa.
- d) Um representante de professores atuantes em sala de aula, por grau e modalidade de ensino.
- e) Um representante de alunos por grau e modalidade de ensino, exceto nos Estabelecimentos de Ensino de 1.^a a 4.^a séries do 1º Grau.
- f) Um representante de pais ou responsáveis por alunos regularmente matriculados, por grau e modalidade de ensino.
- g) Representantes indicados pelos segmentos organizados da sociedade, no mínimo um e no máximo cinco.

§ 1º - O número de representantes da escola (alíneas "b", "c", "d", "e") deverá

ser igual ao número dos demais representantes (pais e segmentos organizados da sociedade), obedecendo ao critério de paridade.

§ 2º - Caso haja um maior número de membros entre as categorias de pais e representantes dos segmentos organizados da sociedade, a paridade se confirmará com igual número de professores.

§ 3º - Caso haja maior número de membros entre as categorias contidas nas alíneas "b", "c", "d", e "e", a paridade se confirmará com igual número de pais.

§ 4º - No caso do estabelecimento de ensino não poder contar com representação de uma ou mais categorias, o Conselho Escolar prescindirá desta, devendo, entretanto, manter a paridade.

Art. 5º - Os membros do Conselho Escolar, bem como seus suplentes, serão indicados por seus pares, nos termos das categorias contidas no Art. 3º, exceto na alínea "g", em reuniões convocadas para este fim, pelo Diretor do estabelecimento de ensino.

§ 1º - A categoria contida na alínea "g" terá reunião própria com o fim de indicar seus representantes.

§ 2º - A reunião mencionada no "caput" deste artigo, será convocada:

- a) com antecedência mínima de cinco dias úteis;
- b) através de convite e edital de convocação contendo local, data, horário e pauta da reunião;
- c) em primeira convocação, com a presença de um terço dos seus pares ou, em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com qualquer quórum.

Art. 6º - A presidência do Conselho Escolar será exercida pelo Diretor do estabelecimento de ensino, na qualidade de membro nato.

Art. 7º - O mandato dos integrantes do Conselho Escolar, deverá ser superior em 6 (seis) meses do mandato do Diretor, na forma da lei vigente.

Art. 8º - Os representantes das categorias que foram indicados por seus pares, terão seus nomes relacionados e encaminhados pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino, ao Secretário de Estado da Educação, para designação como Membros do Conselho Escolar, em ato próprio.

Art. 9º - Os Membros do Conselho Escolar não receberão qualquer tipo de remuneração, nem os representantes das categorias contidas nas alíneas "e", "f" e "g" do art. 4º, terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

Art. 10 - Caso a atuação do Conselho escolar não seja condizente com as normas estabelecidas no regimento escolar, ou incompatível com a dignidade de suas funções, o Secretário de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, poderá destituí-lo como um todo, mediante instauração de processo administrativo ou disciplinar, devendo ser constituído um novo Conselho Escolar.

SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11 - O Conselho Escolar terá como atribuições:

I - analisar e aprovar o Plano Anual do estabelecimento de ensino;

II - acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Plano Anual;

III - analisar projetos propostos por todas as categorias que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implantação, e aprovar, se for o caso;

IV - apreciar e julgar os casos dos alunos que não cumprirem seus deveres e infringirem as normas expressas no regulamento interno do estabelecimento de ensino;

V - apreciar e emitir parecer quanto a reivindicações e consultas da Comunidade Escolar sobre questões de seu interesse ou que digam respeito ao cumprimento do regimento escolar;

VI - apreciar e aprovar o Plano de Aplicação e Prestação de Contas de Recursos Financeiros;

VII - apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar, quando do não cumprimento das normas estabelecidas neste regimento e/ou procedimento incompatível com a dignidade da função, encaminhando tal documento para a Secretaria de Estado da Educação;

VIII - supervisionar, juntamente com o Diretor, a exploração da Cantina Comercial, conforme a Lei vigente;

IX - deliberar sobre outros assuntos encaminhados pela direção, pertinentes ao âmbito de ação da escola.

SEÇÃO III - FUNCIONAMENTO

Art. 12 - O funcionamento do Conselho Escolar dar-se-á através de:

I - reuniões ordinárias bimestrais convocadas pelo presidente, com pauta claramente definida no ato de convocação;

II - reuniões extraordinárias sempre que necessário:

a) por convocação do presidente do Conselho Escolar;

b) a pedido de um terço de seus membros.

Art. 13 - As reuniões serão lavradas em livro próprio aberto para esta finalidade, por Secretário "ad hoc", para registro, comunicação ou divulgação.

Art. 14 - Na ausência injustificada de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas, no período de 1 (um) ano, o membro do Conselho será destituído e o preenchimento do cargo de representação das categorias, dar-se-á mediante nova indicação.

Art. 15 - O Poder Executivo regulamentará o disposto na presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo autorizar a criação de um Conselho Escolar, órgão colegiado de natureza consultiva, cuja finalidade será estabelecer, no âmbito das escolas, critérios relativos à sua organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, a fim de agilizar a ação educacional em nosso Estado.

Promovendo a necessária articulação entre vários segmentos organizados da sociedade e os setores escolares, o resultado será a melhor qualidade do ensino e a garantia da eficiência das escolas.

O Conselho será constituído de membros pertencentes aos corpos docente e discente das escolas, pais ou responsáveis pelos alunos e representantes indicados pelos segmentos organizados da sociedade, obedecendo o critério de paridade.

O Diretor do Estabelecimento de Ensino, na qualidade de membro nato, exercerá a presidência do Conselho Escolar.

O elenco das atribuições consta expressamente do artigo 11 e seu funcionamento é disciplinado através de reuniões ordinárias e extraordinárias.

Tratando-se de matéria do interesse da coletividade, durante a sua tramitação, o projeto poderá ser aprimorado com a colaboração dos nobres integrantes desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não tendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PL.

(Declina).

PT.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PP.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Neiwo Beraldo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 492/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que declara de Utilidade Pública o Centro de Treinamento para Pecuária Castrolanda, com sede e foro na Cidade de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 123 de 14.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 492/93

PARECER:

De autoria do Deputado Domingos Carvalho o Projeto de Lei nº 492/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro de Treinamento para Pecuária Castrolanda, com sede e foro na cidade de Castro.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Curitiba, segunda, em 25.10.93

JOSE ARTHUR RITTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 548/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Martha, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 548/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila Martha", com sede e foro Município de Almirante Tamandaré-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade em pauta, fundada em 30.03.91, por moradores da Vila Martha e circunvizinhanças, regida sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para dar atendimento educacional, cultural e social aos seus associados e familiares. Diante do exposto, solicitamos dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, seu apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 548/93

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei nº 548/93, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Martha, com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré.

Analisando o mérito constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação, e por estar de acordo com o que determina a Lei nº 6.994/78, damos o nosso parecer favorável, para sua aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 556/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação e Assistência Social Wesleiana da Vila São Pedro, com sede e foro na Cidade de Curitiba-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 131, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 556/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação e Assistência Social, Wesleiana da Vila São Pedro" com sede e foro em Curitiba/Pr.

Do ponto de vista regimental e constitucional, nada existe que possa impedir a sua normal tramitação por este Poder Legislativo, estando dentro das normas estabelecidas pela Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, recebe portanto parecer favorável desta douta Comissão de Constituição e Justiça, para sua posterior aprovação pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 574/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Declara de Utilidade Pública o Núcleo de Ponta Grossa da Cruzada dos Militares Espíritas, com sede e foro no Município de Ponta Grossa-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no A. n° 132, de 29.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 574/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública o Núcleo de Ponta Grossa da Cruzada dos Militares Espíritas, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, neste Estado.

Analizada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 596/93, de autoria dos Deputados Cezar Silvestri e Colombino Grassano. Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. Nagibe Chede. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. 140, de 07.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 596/93

P A R E C E R:

De autoria dos Deputados Cezar Silvestri e Colombino Grassano, o Projeto de Lei

n° 596/93, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Nagibe Chede.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 5638 de 13.10.1967, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s. 4116 e 4117, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4121 a 4123, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4124, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4125 a 4127, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4128 a 4134, de autoria do Sr. Deputado Costenaro Neto, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4118 a 4120, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4055, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a Discussão.

O SR. TOTI COLAÇO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Nove aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Quatro Senhores Deputados rejeitam.

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s.

045, 050 e 059/93.

492, 548, 556, 574 e 596/93.

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 250/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 210, 351, 478 e 529/93, e do Projeto de Resolução n° 021/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

Levanta-se a sessão.